

ELETOBRAS/ELETROSUL

Era uma vez a reestruturação...

O presidente da Eletrobras, Wilson Pinto Jr., está vindo pessoalmente à Eletrosul para anunciar aos seus trabalhadores e trabalhadoras um programa de reestruturação para a empresa, se assim podemos chamá-lo. Nos últimos tempos temos assistido ao anúncio de uma infinidade de reformas em todos os âmbitos. Reformas que pregam o retrocesso, o ataque à Constituição Brasileira de 1988 e cortes no orçamento público em setores estratégicos para o desenvolvimento do país num horizonte de 20 anos, sem que os verdadeiros problemas e gargalos econômicos sejam mencionados. As redes sociais têm cumprido um papel esclarecedor nesta terra que já não se contenta mais com as belas imagens e catástrofes noticiosas do horário nobre televisivo.

Neste cenário, a “reestruturação” anunciada pelo presidente da Eletrobras parece também esconder, sob o auspício “reformador”, a mesma fórmula ou ingredientes conservadores que a mídia não cansa de propalar atualmente e que residem, acima de tudo, num discurso de sanar contas públicas às custas da população ou, nesse caso, às custas dos trabalhadores.

As apresentações, já realizadas pelo presidente na Eletrobras e Eletronorte, geraram um clima de preocupação e apreensão entre os trabalhadores. O presidente torna pública a vontade de reduzir sensivelmente o papel da holding como indutora do desenvolvimento no país através de seu plano de reestruturação. No Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2017-2021, Wilson anuncia a criação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) que pode levar à demissão de até 2,6 mil empregados via um Plano de Incentivo ao Desligamento (PID). O CSC deve ser implantado até dezembro de 2017 e irá integrar atividades da holding e das controladas em áreas administrativas como finanças e tesouraria, contabilidade e fiscal, recursos

humanos, suprimentos e logística, infraestrutura e serviços gerais, tecnologia da informação, jurídico e gestão das SPEs. O CSC ficará localizado no Rio de Janeiro e vai englobar uma série de companhias do grupo Eletrobras, como Cepel, Eletropar, Furnas, Eletronuclear, Eletronorte, Chesf, Eletrosul e CGTEE.

A “reestruturação organizacional” prevê até fevereiro de 2017 a redução do número de funções gratificadas de assistentes e assessores; redução do número de gerências; redução do número de cargos em comissão; reavaliação da permanência de requisitados, entre outras. A empresa estuda além do PID a implantação de um Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), alcançando empregados já aposentados pelo INSS e aposentáveis (seriam cerca de 4.937 elegíveis, considerando a holding e as empresas de geração e transmissão do Sistema Eletrobras). A forma

apressada com que seria implantado, em matéria tão delicada como é a decisão de uma aposentadoria, também causa preocupação. Uma decisão tão importante para cada trabalhador e suas famílias deveria apresentar um tratamento que não levasse em consideração apenas números, tabelas e gráficos. Nesse caso, por exem-

plado, não está previsto um Programa de Preparação para a Aposentadoria – POPA e nem sequer novas contratações por concurso público que vislumbrem uma oxigenação ou renovação em empresas de quadro menor de trabalhadores como a Eletrosul.

Em outra frente com a venda de imóveis e participações em SPE’s, Pinto Jr quer levantar R\$ 4,6 bilhões e reduzir o valor pago com aluguel de imóveis (com a locação de um único imóvel no Rio de Janeiro para acomodar os empregados da Eletrobras holding, pode ser reduzido o custo com aluguel, IPTU, condomínio e serviços de terceiros). Finalmente o plano prevê ainda a redução de Horas Extras, Periculosidade e Sobreaviso.

Notícia veiculada no jornal Valor Econômico no dia 21/11/2016 anuncia que a Eletrobras pretende cortar 30% de seu pessoal. No bojo da chamada reestruturação, o que se percebe é o ânimo superficial para cortar na carne, sem se preocupar com o sangue que ainda parece contaminado. Não fosse apenas a necessidade de dialogar e ampliar seu campo de vista para os interesses de uma empresa pública, que não passam apenas pelo lucro e pela distribuição de dividendos aos acionistas, mas por sua função social como garantidora e mantenedora do abastecimento de energia elétrica com eficiência a toda a população brasileira, como demonstram importantes programas como o PROCEL e o Luz para Todos, o presidente demonstra também esquecer que uma política de gestão que valorize e estimule os trabalhadores não passa por choques de gestão que, em última instância, parece apenas preparar a empresa para a privatização.

Nem mesmo o discurso de sanar as contas encontra respaldo na realidade da Eletrobras, que mantém contrato de mais de R\$ 9 milhões com a velha conhecida consultoria Roland Berger, sem sequer a realização do devido processo licitatório.

Quando chegar à Eletrosul para anunciar “seu plano de reestruturação”, será importante alguém avisar ao presidente Wilson Pinto Jr que aqui encontrará trabalhadores e trabalhadoras que já não acreditam em qualquer notícia nem em contos de fadas narrados em voz atemorada, cadenciada e estranhamente calma.

“... os interesses de uma empresa pública, que não passam apenas pelo lucro e pela distribuição de dividendos aos acionistas, mas por sua função social como garantidora e mantenedora do abastecimento de energia elétrica com eficiência a toda a população brasileira (...) uma política de gestão que valorize e estimule os trabalhadores não passa por choques de gestão que, em última instância, parece apenas preparar a empresa para a privatização.”



Engie deve apresentar proposta de alto nível na rodada de hoje



Acontece hoje mais uma rodada de negociação da campanha de data base da Engie. A reunião com a Intersul será na sede da empresa a partir das 9 horas. Espera-se que a Engie apresente uma proposta para toda a pauta, sobretudo para as questões econômicas. Na rodada anterior a empresa não apresentou nenhuma proposta e informou que estava estudando

os índices inflacionários para deliberar sobre o assunto. Pior, na reunião do dia 17 de novembro, a empresa reforçou a negativa em questões sociais importantes e não avançou nem mesmo naquelas reivindicações em que havia ficado de estudar.

A Intersul nos últimos meses vem demonstrando que a empresa tem condições técnicas e econômicas para apresentar uma proposta de alto nível equiparada com o de desempenho e dedicação dos empregados(as) responsáveis pela excelente performance da empresa nos últimos 9 meses.

EDITORIAL

Temer sanciona lei que privatiza e veta mudanças que protegem trabalhadores

O presidente Michel Temer sancionou a Lei 13.360, que facilita privatizações e altera regras do setor elétrico, abrindo portas para que o governo possa viabilizar a venda de distribuidoras de energia da estatal federal Eletrobrás.

O presidente vetou 17 itens da lei, dentre eles três que foram construídos pelos representantes dos trabalhadores nos Conselhos de Administração da CELESC e da CELG que: 1) previam que a Aneel deveria flexibilizar metas para a manutenção das concessões das Distribuidoras com a definição de novos períodos para correção de transgressões nos casos de graves condições operacionais e de sustentabilidade econômico-financeira da concessão até 2020; 2) previam a instituição de garantia de emprego por dois anos para pelo menos 70% dos empregados concursados das distribuidoras que fossem privatizadas; e 3) previam a possibilidade de transferência de empregados concursados das distribuidoras privatizadas para o serviço público.

Ao vetar esses avanços, debatidos com Deputados e Senadores do governo e da oposição, o Governo Federal jogou no lixo uma difícil construção coletiva que buscava minimizar o impacto social gerado pela privatização das Distribuidoras de Energia Elétrica Públicas Federalizadas e, ainda, procurava dar condições para que as Distribuidoras de Energia Elétrica Públicas Estaduais pudessem atingir as metas impostas pela ANEEL para a manutenção de suas concessões para os próximos 30 anos.



Essa foi mais uma demonstração clara do viés privatista desse governo ilegítimo e golpista, que tentará de todas as maneiras acabar com o patrimônio público privatizando todas as empresas públicas que conseguir e demitindo sumariamente seus trabalhadores, retomando uma agenda neoliberal que aterrorizou trabalhadores das empresas públicas brasileiras nos anos 90 e que agora retorna a todo vapor, mostrando a todos e todas a conta do golpe

Dia 25 tem mais movimento

As centrais sindicais articulam um forte protesto unitário e nacional, para amanhã, sexta-feira, dia 25 de novembro. O objetivo principal do “Dia Unificado de Protestos e Paralisações” é enfrentar os ataques a direitos trabalhistas, denunciar as reformas neoliberais do governo Temer e mobilizar os trabalhadores pelo crescimento da economia e mais empregos.

Os quatro pontos principais são: 1) Combate à reforma da Previdência e em defesa da aposentadoria; 2) Defesa da saúde e educação e combate à PEC 55 - “PEC da Maldade”; 3) Defesa dos direitos e conquistas trabalhistas, reforçando a Pauta Trabalhista Unificada; e 4) Retomada do desenvolvimento com geração de empregos.

Atos durante a Greve Geral de 11 de novembro, organizados por movimentos sociais e pelas principais centrais sindicais do país, contaram com a participação de dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, além de estudantes, que interromperam suas atividades em setores como transporte público, limpeza urbana, bancos, escolas e indústria, e foram às ruas das maiores cidades brasileiras para protestar contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55, em tramitação no Senado e a Medida Provisória 246 que reforma o ensino no país. Se aprovada, a PEC 55 vai impor um congelamento nos gastos públicos, como saúde, educação, cultura e saneamento básico pelos próximos 20 anos, uma tragédia em termos de direitos sociais sem precedentes na história do Brasil. Os protestos que agitaram mais de 20 cidades catarinense foram ainda contra a reforma da Previdência, a entrega do pré-sal e contra reforma trabalhista.



RS privatizará CEEE

O governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), anunciou no início da semana uma reestruturação com objetivo de conter a crise financeira no estado. Entre as medidas, esta a privatização ou federalização da CEEE a companhia de energia gaúcha. Mas a tarefa não será fácil pois já estão se formando frentes de parlamentares contrários sobretudo à privatização da CEEE e ao fim da determinação de realizar plebiscito para vender a empresa.

O projeto de Sartori prevê a extinção de 11 órgãos ligados ao Executivo – nove fundações, uma companhia e uma autarquia e a privatização de quatro companhias entre elas a de energia CEEE – e a redução no número de secretarias, que passa de 20 para 17, com três fusões. Segundo o governo, serão demitidos entre 1,1 mil e 1,2 mil servidores.

COMUNICADO DE FALECIMENTO

As entidades que compõem a INTERSUL comunicam com muito pesar o falecimento do grande companheiro Juraci Luiz Bolognest ocorrido no último dia 13/11. Juraci era dirigente sindical do STIEEL e coordenador financeiro da Intersul. Jura, como os amigos gostavam de chamá-lo, foi um exemplo de fidelidade aos princípios em que acreditava, muitas vezes com excessos, mas nunca com deslealdade, auto benefício ou desrespeito a quem quer que seja, em todas as atividades pessoais ou profissionais que desempenhou. À frente da coordenação financeira da Intersul, demonstrou toda a sua organização e capacidade de gerenciamento dos recursos financeiros, proporcionando o devido equilíbrio entre as necessárias atividades sindicais e os adequados dispêndios.



LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina
Jornalista responsável: Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966)
Conselho Editorial: Dirceu Simas
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
(047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



10º Seminário Internacional Vida Viva

Precarização e terceirização assombra trabalhadores

“Nossa meta é conscientizar o trabalhador que a doença é um processo coletivo. Ele deve parar de pensar que a doença é culpa sua. Deve entender que ela é fruto do trabalho.” Com este alvo na mira os trabalhadores da Colômbia seguem sua jornada de disseminação do Projeto Vida Viva que já está implantado na zona do Caribe e centro do país. Esta foi uma das experiências compartilhada no 10º Seminário Internacional da Rede Vida Viva que aconteceu de 12 a 14 de novembro em Florianópolis, reunindo mais de 70 pessoas de vários estados brasileiros e diversas partes do mundo.

O seminário teve significado especial para os trabalhadores de Santa Catarina pois a experiência e os resultados da implantação do programa na Celesc representaram o Brasil no encontro.

Numa análise de conjuntura os participantes observaram que o momento é de reinventar e buscar temas que unificam os movimentos sociais, descobrir o que é trabalho de base no século 21. O projeto Vida Viva é um excelente instrumento para tanto. A constatação mais amarga no seminário foi de que a precarização e a terceirização assombram cada vez mais o mundo do trabalho.



Uma das participantes do seminário foi Dithi Bhattacharya, do Center for Worker’s Management - Tie-Asia cujo país tem apenas 10% dos trabalhadores representados por sindicatos. “Ataque aos trabalhadores e acesso desenfreado aos recursos naturais são rotina. A exploração é contínua e o movimento sindical não tem respostas para isto. A tecnologia é só parte do problema. As aspirações das pessoas são complexas. Como definir uma pessoa gasta o dinheiro da comida para comprar um batom da Revlon? Precisamos maior conexão com os movimentos sociais. A precarização das condições de trabalho estão dividindo os trabalhadores que estão cada vez mais à margem onde suas vozes não são ouvidas.” Dithi diz que apesar disso há lutadores na Índia. “Não temos receitas mas com o Vida Viva, em andamento há dois anos, estamos começando a resistência organizando encontros com diferentes grupos, onde as pessoas descobrem que podem participar e ouvir um ao outro e isto está sendo um grande avanço”. Dithi fez um alerta aos trabalhadores brasileiros a respeito do Brics, grupo do qual a Índia também faz parte: “Temos que conseguir fazer um Brics das pessoas, dos movimentos sociais, no qual poderemos trocar nossas experiências e fortalecer as relações entre sindicatos para encontrarmos alternativas que não reproduzam as relações de poder do Brics oficial”.



As condições de trabalho segundo o moçambicano Helder José Consolo, da Central Sindical Moçambicana, também são precárias no seu país. O índice de desemprego gira em torno dos 23% e a subcontratação e terceirização é regra. Lá o Projeto Vida Viva atua há 10 anos e neste período o número de acordos coletivos por empresa aumentou, os acidentes de trabalho foram reduzidos, e houve aumento da assistência médica aos trabalhadores. Outro índice que aumentou foi o da sindicalização que antes era de 30% e agora está nos 58% com um trabalho de base forte nos setores terceirizados. “Nosso desafio é a promoção do trabalho decente que implica no respeito aos direitos humanos no trabalho; abertura ao diálogo dentro das empresas; proteção social e direitos iguais entre homens e mulheres”.

Uma só raça

Wilson Martins Lalau
eletricitário aposentado
Militante Movimento Negro *

É urgente desmistificar o dia 13 de maio como data balizadora da liberdade do negro no Brasil, país que foi o último do mundo a abolir o regime escravocrata, com uma lei que sequer previa qualquer política que possibilitasse acesso ao trabalho remunerado, que estabelecesse de forma vigorosa a inclusão do negro na sociedade brasileira. A lei Áurea esqueceu solenemente que ainda vigorava lei que proibia ao negro o acesso às letras, o que foi determinante para impossibilitá-lo a conseguir qualquer emprego qualificado.

Sem ter onde ir, desempregado, sujeitou-se ao retorno de sua antiga condição, pois, submeteu-se aos maus tratos em troca de alimentação, roupa e moradia (não se pode afirmar que os três itens atendiam minimamente o ideal para as necessidades humanas), que lhe eram oferecidos como forma de pagamento, e os levavam a contrair dívidas impagáveis com seu feitor, comprometendo muitas gerações. Os que não conseguiam ou não aceitavam tal situação, sofriam punições previstas desde chibatadas a encarceramento por vadiagem. Nesse processo doloroso, sua força de traba-

lho era substituída pela dos europeus recém-chegados, de forma brutal, desconstruindo tudo aquilo de que se beneficiou a nação com a mão de obra escrava e deixando seqüelas inexoráveis que se perpetuaram por diversas gerações.

Quase um século e meio depois, pouco ou quase nada mudou. Diante de tantos fatos históricos desfavoráveis ao povo negro brasileiro, diante da invisibilidade exposta e após incessantes lutas, o Movimento Negro empreende uma verdadeira cruzada para o reconhecimento do líder Zumbi de Palmares como maior símbolo da luta pela liberdade. Motivado por esse reconhecimento, celebra o 20 de novembro, dia de sua morte, como dia da Consciência Negra.

O desafio de reduzirmos esse fosso social depende - além de vontade política e de conhecimento histórico -, do desenvolvimento da consciência para a construção de um mundo melhor, da revisão de conceitos e preconceitos e, principalmente, da sensibilidade e do entendimento de que realmente podemos ter uma outra realidade social, provando que a raça humana é apenas uma.



* Dia 20 de novembro é dia da Consciência Negra